



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 13766.721283/2012-69

Recurso nº Voluntário

Acórdão nº 1402-004.901 – 4^a Câmara / 2^a Turma Ordinária

Sessão de 11 de agosto de 2020

Matéria IRPJ

Recorrente PB GRANITOS LTDA. - EPP

Recorrida FAZENDA PÚBLICA.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Ano-calendário: 2013

EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL. ATO EXECUTIVO DE EXCLUSÃO. DÉBITOS COM A FAZENDA PÚBLICA FEDERAL COM EXIGIBILIDADE NÃO SUSPENSA.

A empresa que possui débitos inscritos em dívida ativa, e não comprova que sua exigibilidade está suspensa, não pode permanecer no Simples Nacional.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário.

(assinado digitalmente)

Paulo Mateus Ciccone - Presidente.

(assinado digitalmente)

Leonardo Luis Pagano Gonçalves - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Marco Rogério Borges, Leonardo Luis Pagano Gonçalves, Evandro Correa Dias, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Carmen Ferreira Saraiva (suplente convocado), Paula Santos de Abreu, Luciano Bernart, Paulo Mateus Ciccone (Presidente).

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto face v. acórdão proferido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil que decidiu manter a exclusão da Recorrente do Simples Nacional devido a débitos sem a exigibilidade suspensa junto a Procuradoria da Fazenda Nacional.

A Recorrente foi excluída do Simples Nacional pelo Ato Declaratório Executivo (ADE) DRF/LON nº 690853 de fl. 92/94, expedido em 10 de setembro de 2012, que excluiu a partir de 1º de janeiro de 2013 o contribuinte do Simples Nacional.

A exclusão deu-se nos termos do art. 17, inciso V, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, na alínea "d" do inciso II do art. 73, combinada com o inciso I do art. 76, ambos da Resolução CGSN nº 94, de 2011 em virtude da empresa possuir débitos tributário que se encontram listados no ato de exclusão e cujas exigibilidades não se encontravam suspensa.

Cientificada do ato de exclusão por via postal em 18/10/2012 (fl. 95) a pessoa jurídica interessada ofereceu em 13/11/2012 a manifestação de inconformidade alegando de acordo com o v. acórdão recorrido, em síntese, o seguinte:

Que encontra-se em curso uma execução fiscal na 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemerim (2010.50.02.000696-3), com um pretenso crédito tributário no montante de R\$ 328.304,74. Esclareceu que, por erro, foi declarado pelo magistrado a sucessão empresarial de uma suposta e inexistente dissolução irregular entre as empresas Granito Paris Ltda. e PB Granitos Ltda, discorrendo longamente sobre essa situação. Asseverou que se mostra injusta a exclusão da empresa no Simples, seria o mesmo que responsabilizá-la por um débito ao qual não deu origem. Na certidão do oficial de justiça em anexo, é possível verificar que não há nada que confirme a sucessão. Mencionou o princípio do devido processo legal, que determina haver um mínimo procedural a ser obrigatoriamente observado. Citou legislação, doutrina e jurisprudência. Por fim solicitou: a) que seja conhecida e provida a presente impugnação; b) seja considerada suspensa a exigibilidade do crédito, enquanto perdurar a discussão administrativa e judicial, não podendo ser apontada como óbice à manutenção no Simples Nacional, e a produção de todos os meios de provas admitidos, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Ato contínuo, a DRJ proferiu v. acórdão mantendo integralmente a exclusão do Simples Nacional, registrando a seguinte ementa:

ASSUNTO: SIMPLES NACIONAL

Ano-calendário: 2013

ATO EXECUTIVO DE EXCLUSÃO. DÉBITOS COM A FAZENDA PÚBLICA FEDERAL COM EXIGIBILIDADE NÃO SUSPENSA.

A empresa que possui débitos inscritos em dívida ativa, e não comprova que sua exigibilidade está suspensa, não pode permanecer no Simples Nacional.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Sem Crédito em Litígio

Inconformada com o v. acórdão, a Recorrente interpôs Recurso Voluntário repisando os mesmos argumentos da impugnação.

Ato contínuo, os autos retornaram para o E. CARF/MF e foram distribuídos para este Conselheiro relatar e votar.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Leonardo Luis Pagano Gonçalves - Relator

O Recurso Voluntário é tempestivo e trata de matéria de competência desta Corte Administrativa, motivo pelo qual deve ser admitido.

Como a matéria dos autos trata apenas da exclusão da Recorrente do Simples Nacional devido a débitos sem exigibilidade suspensa e os argumentos de defesa não apresentam qualquer prova de que tenha pago, parcelado ou garantido os débitos na Execução Fiscal dentro do prazo previsto, entendo que o v. acórdão deve ser mantido.

A Recorrente alega que foi incluída no pólo passivo da Execução Fiscal em trâmite na 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemerim (proc. 2010.50.02.000696-3) como sucessora dos débitos tributários alegados de forma indevida.

Informa que não tem relação nenhuma com os débitos exigidos na Execução Fiscal e que inclusive já ofereceu Embargos à Execução.

Entretanto, ao analisar os documentos acostados aos autos pela própria Recorrente, verifiquei que os Embargos à Execução foram julgados extintos por falta de garantia do Juízo.

PROCESSO: 0001978-29.2012.4.02.5002 (2012.50.02.001978-4)

Compulsados os autos do executivo fiscal correlato (2010.50.02.000696-3), verifico não ter havido formalização de penhora até a presente data. Em que pese a citação do Sr. Luiz Fernando Vieira Caldellas, este declarou ao oficial de Justiça que não dispunha de nenhum bem para indicar à penhora.

Mais além, verifico que as empresas Granitos Paris Ltda e PB Granitos Ltda opuseram outros embargos àquela mesma execução (0002334-58.2011.4.02.5002), os quais já foram julgados extintos também por ausência de garantia do Juízo, sentença inclusive já transitada e julgado.

E em análise mais apurada do oferecimento de bens feito nestes autos, verifico as incongruências seguintes:

- a) não houve juntada de certidão atualizada do registro de imóveis, a fim de comprovar a atual propriedade e inexistência de restrições;
- b) a cópia da escritura de 1990 traz como adquirente do imóvel a empresa CONSTRUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AÇO LTDA, que, confirmado tratar-se da atual proprietária, não comparece anuindo com a oferta;
- c) a mesma escritura traz informação de que a área oferecida é integrante de uma área maior (que remanescerá para o vendedor), não havendo nos autos comprovação de que o desmembramento e individualização se operaram, a fim de não constituir obice às providências para penhora.

Intimem-se, pois, os embargantes para regularizarem a oferta de bens, atentando-se para o acima constante. Prazo: 15 (quinze) dias.

Decorrido o prazo, com ou sem atendimento, faça-me os autos novamente conclusos.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 23 de janeiro de 2014

-- Assinado Eletronicamente --
JOSÉ LUIS CASTRO RODRIGUEZ
Juiz Federal

Também, a Recorrente não juntou aos autos em epígrafe a Certidão Negativa ou a Certidão Positiva com efeito negativa para demonstrar que os débitos executados e indicados no ADE de exclusão do Simples Nacional encontram-se com a exigibilidade suspensa.

Sendo assim, entendo que o v. acórdão recorrido que manteve o Ato Declaratório de Exclusão não merece ser reformado, eis que não existem provas nos autos de que a Recorrente teria garantido, pago ou parcelado os débitos objeto do ADE do processo em epígrafe.

Quanto a alegação de que teria sido incluída indevidamente no pólo passivo da Execução Fiscal por sucessão de outra empresa que de fato era a devedora dos débitos, entendo que este E. CARF, por meio deste processo administrativo, não é o Juízo adequado para se discutir tal matéria, eis que a decisão da 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemerim prevalece sobre qualquer decisão que for tomada por este tribunal administrativo sobre este tema.

Ou seja, caso realmente a Recorrente tenha sido incluída indevidamente no pólo passivo da Execução Fiscal, a Recorrente deverá se defender de tal suposta ilegalidade junto ao Juízo competente para tanto, ou seja a 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemerim.

Assim, como os débitos que ocasionaram a exclusão do Simples, indicados no ADE, não foram quitados, parcelados ou garantidos até o momento, entendo que o v. acórdão recorrido deve ser mantido.

Pelo exposto e por tudo que consta processado nos autos, voto por conhecer e negar provimento ao Recurso Voluntário mantendo a exclusão da Recorrente do Simples Nacional.

(assinado digitalmente)

Leonardo Luis Pagano Gonçalves